



Anais da Assembléia

Nº 69

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE MAIO DE 1996

ANO XLIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO

3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI

4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB – 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB – 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB – 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB – 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL – 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT – 05: Angelo Vanhoni - Pércles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 44ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 1996
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães e Nelson Garcia.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Neivo Peraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Pasílio Zarusso, Peto Richa, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Nelson Justus, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antonio Belinati, Caíto Quintana, César Seleme, Cezar Silvestri, Edno Guimarães, Eduardo Trevisan, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Iron-di Pugliesi, Miltinho Puppio, Nelson Tureck e Toti Colaço (12). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 017/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 07/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Stefan Duhatschek, José Duhatschek, Antonio

Curitiba, quinta, em 23.05.96

Duhatschek e Alberto Duhatschek, o lote n° 09, do imóvel Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 018/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 08/96, que retifica a Resolução n° 37/94, da Assembléia Legislativa, que autorizou o Poder Executivo a alienar área situada no Município de Pitanga ao Senhor Augusto Rodrigues.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 019/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 09/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Paulo Becker, o lote n° 41, da Gleba 3, parte 2, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 037/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 27/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Renato Buzignani, o lote n° 75, do imóvel Campina dos Freitas, com área de 277.0287 ha., situado no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 036/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 26/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Erasmo Coutinho Machado, os lotes que especifica, no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 035/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 25/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Joel José Berardi, Clotelvina Aparecida Portugal Berardi Penczecen e João Vicente Portugal Berardi, o lote n° 4, do imóvel Borboletinha "B", situado no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 034/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 23/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Josélia Dalsoto Lopes Gralak, lotes na Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 029/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 19/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Albina Bassai Pianta, o lote n° 31, da Gleba 4, da Colônia Boa Ventura, com área 73.3883 ha., situado no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 023/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 13/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Edelvino José Centofante e Luiz Antonio Centofante, o lote n° 46, do imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 022/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 12/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a José Korki e Estefano Korki, o lote n° 20, do imóvel Campina dos Freitas, situado no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 021/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 11/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a José Paulino de Carvalho, o lote n° 48, do imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 020/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 10/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Gilmar Dias de Oliveira e Gilvano Dias de Oliveira, o lote n° 15, do imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 131

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n° 015/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 05/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a João Vilson Negrelli e Victor Negrelli, o lote n° 04, do imóvel Barra Grande, situado no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição n°

016/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 06/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Eloir Eurick, o lote n° 09, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, situado no Município de Pitanga.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUP

REQUERIMENTO N° 132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência à Proposição de n° 014/96, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 04/96, que autoriza o Poder Executivo, através do IAP, alienar a Moacir Poletti, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Strozzi e Graciano Mitsuo Yagura, o lote de n° 86, do imóvel Cascata, situado no Município de Pitanga-PF.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) RENATO ADUP

REQUERIMENTO N° 134

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na rua Maria Amália Carvalhais, localizada em Almirante Tamandaré - Cachoeira, em frente ao "Lar Dona Rute". Neste local existe um campo de futebol e o vandalismo é muito intenso. Os policiais são constantemente chamados pelos moradores, porém não comparecem ao local. Recentemente ocorreu um estupro e os moradores infelizmente nada puderam fazer devido a violência do estuprador. Nas proximidades têm vários locais que se constituem de invasão e algumas pessoas estão querendo invadir este campo de futebol. A situação agrava-se a cada momento e a comunidade encontra-se apreensiva, motivo pelo qual solicitam a presença de policiais a fim de coibir os atos de violência e da possibilidade de invasão citada.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 135

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder a troca de uma lâmpada queimada na Rua Santos Dumont, em frente ao n° 13 - Jardim São Carlos. O pedido es-

tá sendo feito pela comunidade.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 136

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de proceder o asfaltamento em frente à Escola Municipal Mário Flores, tendo em vista a grande quantidade de pó lá existente, e quando chove, forma-se muito barro, causando muitos transtornos a toda a comunidade. O pedido está sendo feito pelos moradores das proximidades, os quais solicitam que a Prefeitura atenda-o com a maior brevidade possível.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 137

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de proceder a fiscalização nos ônibus que fazem a linha de Colombo, especialmente do Jardim Guarujá, tendo em vista que os mesmos estão sempre sujos.

O pedido está sendo feito pelos usuários desses ônibus, os quais solicitam essa fiscalização a fim de que o problema seja resolvido visando o bem-estar dos mesmos.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 117

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulados e inseridos na Ata deste Poder Legislativo, votos de congratulações ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná pela elevação do Juiz Octávio César Valeixo ao cargo de Desembargador daquele Tribunal.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Conhecido pelo profundo conhecimento e dedicação à questão dos delitos de trânsito, o Juiz Octávio Jorge de César Valeixo, além de um zeloso cumpridor da sua tarefa de julgador, jamais deixou de estudar o trânsito, na busca de medidas que pudessem minimizar os seus devastadores efeitos

sobre as vítimas de acidentes de toda espécie.

Ganhou projeção nacional na área, não apenas pelo rigor de suas decisões, mas também pela participação em colegiados que tratam da matéria. Foi presidente por dois períodos do Conselho Comunitário de Trânsito de Curitiba; Coordenador do Programa "PARE" do Ministério dos Transportes e integrante do Grupo Interministerial de Segurança de Trânsito.

Estudioso, defendeu tese sobre o dolo eventual nos crimes de trânsito, numa grande contribuição à ciência do Direito.

Trata-se de um homem que, notoriamente, sempre ofereceu o melhor de si à sociedade, fazendo das suas funções públicas uma forma de contribuir útil e objetivamente com a melhoria dessa sociedade.

Hoje, é com grande satisfação que vemos o Magistrado Octávio César Valeixo ser alçado ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, pelo critério de antiguidade. Mas ninguém seria capaz de duvidar também do seu merecimento.

Com certeza, o alcance de um assento à mais alta Corte de Justiça do nosso Estado tornará ainda mais potente a sua voz contra a impunidade dos responsáveis pelas tragédias no trânsito brasileiro.

Além dos sinceros cumprimentos deste Poder ao ilustre homenageado, pela conquista, que este requerimento enseje ainda nossos votos de realizações, saúde e felicidade pessoal.

REQUERIMENTO N° 133

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Nivaldo Praga, localizado na Rua João Soares Barcelos, no Boqueirão, os quais solicitam a presença de um policial de trânsito em frente a este colégio, a fim de orientar o trânsito e a travessia das crianças na entrada e saída das aulas. Nesse local o tráfego é intenso e é necessário a presença de um policial para evitar acidentes.

Sala das Sessões, em 23.05.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Cumprimento, pela presença em nosso meio, do ilustre diretor da Secretaria de Educação, ex-Deputado Paulo Maia, que tem dado às pessoas que procuram - e principalmente os Senhores Deputados - àquela Secretaria de Estado, a atenção devida nos reclamos da Educação do Paraná. Ao Paulo,

que esteja conosco sempre, como ele está na Secretaria, presente nos atendimentos a nós oferecidos.

É com satisfação que, em nome da Casa, da Mesa Executiva, cumprimentamos a professora Zeni e todo o corpo de professores do Colégio Lysímaco Ferreira da Costa, bem como os alunos do 3° ano do Magistério, que aqui se fazem presentes, nessa nossa manhã da última reunião da semana.

Só a título de ilustração aos ilustres visitantes: na manhã de hoje, as sete horas, o Governador em exercício, Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, com uma comissão dos Senhores Parlamentares está vistoriando as últimas fases da conclusão da nossa ligação e duplicação de estradas, no vizinho Estado de Santa Catarina. É o motivo da ausência da maioria desta Casa: estão naquela comitiva do Senhor Governador, bem como outros Parlamentares que estão deslocando-se até o vizinho Município de Pinhão, onde há um litígio de terra, que se arrasta há várias dezenas de anos.

Lá estão componentes do PT, do PSDB, do PDT, do PFL, do PTB, de todos os partidos que têm assento nesta Casa. Os 54 Senhores Deputados, representados por outra comissão que lá, junto com o Ministério Público, com o Poder Judiciário, com a Secretaria de Segurança, com o IAPAR, com o IBAMA, com todos os órgãos ligados ao assentamento da terra, estão procurando viabilizar, para que não ocorra em solo paranaense, aquilo que testemunhamos através da imprensa, a nível nacional.

Então, dessa maneira e por estas razões, é que concedo a palavra ao ilustre Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Joel Coimbra, que irá falar em nosso nome, e dos 54 Senhores Parlamentares, no Pequeno Expediente, às ilustres pessoas que nos honram com suas presenças, nesta manhã, neste Poder Legislativo.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, demais integrantes da Mesa, Senhores Deputados.

Nesta oportunidade, temos a honra de saudar a professora Zeli de Moraes e os alunos do 3° ano do Magistério do Colégio Lysímaco Ferreira da Costa, que hoje visita esta Casa. A Assembléia Legislativa sente-se especialmente confortada, toda vez que é agraciada com visitas desta natureza. E hoje, quando encontramos os alunos do Colégio Lysímaco Ferreira da Costa, especialmente os alunos do 3° ano do Magistério, temos um sentimento de alegria, de encanto, porque lembramos da importância da participação da nossa juventude, não apenas na área política, mas em todos

os movimentos de desenvolvimento de nossa sociedade.

Jovens, temos a lembrança de um tempo onde aprendemos que ideal era a pessoa se manter no seu lugar, era a pessoa não participar, era a pessoa aguardar que as orientações fossem dados sempre por um órgão superior. Era o tempo da individualismo, era o tempo do coronelismo.

Com a Constituição de 1988, que representa a reformulação da estrutura do Estado brasileiro, que representa a consagração de uma nova mentalidade, passamos a viver um outro sistema, abandonamos aquela idéia do cada um cuida de si e Deus de todos, e passamos a recitar aquele lema dos Três Mosqueteiros: "um por todos, todos por um, todos para cada um".

A Constituição Federal, no seu artigo 5º, ao tratar das garantias fundamentais do cidadão, consagra a participação do cidadão. Digo isso, porque no artigo 5º, ela fala muito bem no direito do cidadão participar através de suas associações.

Quando o legislador, prezados jovens, estabelece que a comunidade tem o direito de participar através das Associações, quando ela diz que é direito de participar, ela estabelece também um ditado de que é dever das pessoas participarem.

É por isso que em direito dizemos que isto é um "Poder Dever"; o direito de participar dado pelo legislador, equivale ao dever de participar inerente a cidadania. É fundamental, portanto, que todos façamos a nossa parte e não apenas integrando determinado movimento, mas realizando, ajudando a construir.

Podemos dizer que saímos também daquele sistema político de uma democracia meramente contemplativa, democracia consistente numa espécie de um compasso de espera, da democracia de aguardar que alguém faça algumas coisas para nós, da democracia do "Jeca Tatu", do Monteiro Lobato, lembrado também por Rui Barbosa ao abordar a sua questão social. Passamos daquela democracia do cobrar, do reclamar, do esperar que tudo seja feito pelos outros, por um político, por uma autoridade, por qualquer pessoa que não sejamos nós, e passamos para a fase da democracia participativa. Este sim, o sistema ideal; o sistema condizente com a civilização moderna.

Jovens, se fizemos um apanhado daquelas sociedades que cresceram, que desenvolveram, daqueles povos que invejamos, vamos perceber que aquelas conquistas que admiramos, foram obtidas à custa de grande esforço, e foram obtidas à custa de uma intensa mobilização popular. Não é possível, portanto, construir um Estado, não é possível pensar na idéia de nação, sem ter a idéia de participação coletiva de todos. Esse é o grande desafio que a cidadania

coloca para nós. Nós, políticos, nós, cidadãos, é o desafio da participação coordenada, firme e solidária. E, ao recebê-los nesta oportunidade, a Assembléia Legislativa quer agradecer pela gentileza da visita, e convidá-los para que somemos juntos, na luta da construção de uma sociedade justa e livre, solidária, mas também para que todos possamos participar, fazendo a nossa parte.

Gostaria de chamar a atenção para um aspecto sobre a Assembléia Legislativa. É comum imaginar que o Parlamento é só discurso, que o Parlamento é apenas Deputados sentados aqui falando, discutindo, e hoje, até uma idéia de que ficamos aqui falando, discutindo e mentindo.

Na verdade, o Parlamento não é só isso, é mais do que isso. Antes de iniciarmos as discussões aqui, os procedimentos passam por Comissões. A Casa possui 15 Comissões Permanentes, que são encarregadas de analisar preliminarmente os temas que são submetidos; em seguida as matérias vêm a Plenário para serem analisadas e votadas. A Casa, o Parlamento, concentra, monopoliza o procedimento legislativo. Significa a função precípua do Poder Legislativo de elaborar leis. Mas é também função de defender o povo, a Assembléia interfere não apenas na elaboração de leis, mas a Assembléia participa junto a todos os Poderes: o Executivo, o Legislativo, solicitando informações, cobrando, propondo.

Quando a Assembléia pretende que seja elaborada uma legislação que não é de sua competência iniciar o processo, ela realiza um procedimento chamado indicação, onde a Assembléia oficial ao Governo, ao Governador ou ao Tribunal, solicitando que elabore, que proponha aquela legislação que é necessária para o interesse da população.

Por exemplo, estamos aqui agora, votando a lei que trata de uma reformulação do Judiciário, estamos votando as leis que criam os Juizados Especiais, mas no começo do ano passado esta Casa aprovou uma indicação ao Tribunal de Justiça, solicitando que remetesse à Casa o projeto de lei de organização judiciária. E, cabe também à Assembléia, dentro do papel de defender o povo, de representar o povo, acolher propostas, sugestões e transformar isso em lei ou em programas de governo.

Veja bem, portanto, que não é possível pensar numa ação política sem a participação popular, não é possível pensar numa ação política adequada sem uma participação popular adequada.

Em função disto, prezados colegas, prezados estudantes, prezados professores, nós, da Assembléia Legislativa, agradecemos esta visita que hoje nos fazem, e nos colocamos à disposição, e gostaríamos de merecer várias outras visitas,

não só do Colégio Lysímaco Ferreira da Costa, não só do 3º ano do Magistério, mas de todos os cursos e de todos os outros colégios.

Muito obrigado e sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente.

Passamos ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer uma saudação em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, e faço isto por um motivo especial para mim, porque foi no Colégio Lysímaco Ferreira da Costa que estudei os meus primeiros dias numa escola do Estado do Paraná, foi nesta escola, lá fiz o primário todo, ainda lembro da época da Diretora, não sei, pois já faz algum tempo isto, mas sei que ela está viva ainda, a Dona Glaura Vila Nova, os professores que aqui estão talvez devam lembrar. Mas, queria alertar a um aspecto da Assembléia Legislativa que é importante que os estudantes do curso de magistério, que estão se preparando para serem mestres dos nossos filhos, dos filhos do povo do Paraná, entendam a importância da Assembléia Legislativa. Agora recentemente, os Professores do Estado do Paraná, aliás como vocês sabem, no Brasil inteiro a educação pública, principalmente a educação básica do nosso país, é absolutamente deficitária, é um descalabro que acontece com a educação no nosso país. O Governo brasileiro, nestes últimos 30 anos, no lugar de investir com que a maioria da população tivesse acesso democrático à escola pública, para que o conjunto da sociedade pudesse ter a sua disposição aquilo que a história da humanidade toda forjou, em termos de conhecimento humano, para poder fazer com que os homens e as pessoas possam, não somente se realizar profissionalmente, isto é, conseguir um lugar no mercado de trabalho, poder conseguir constituir a sua vida própria ou de sua família, mas também para que os homens possam ter a sua disposição todos os ensinamentos que foram construídos pela humanidade, isto no campo da geografia, no campo da história, no campo da linguística, no campo da matemática, que é um acúmulo de todas as civilizações. Os gregos ajudaram, os romanos ajudaram, a civilização do Oriente ajudou, o conhecimento que a humanidade tem a respeito do Universo, a respeito da vida, a respeito do homem é um conhecimento que vem acumulando ao longo da história da humanidade que é um acúmulo de várias civilizações, e isso tem que estar a serviço do conjunto da população para que cada homem, cada ser humano possa adquirir as in-

formações necessárias para poder se constituir enquanto pessoa humana. A única grande diferença que existe entre o homem e os outros seres que habitam a terra, é a razão, é a capacidade de conhecer, e a capacidade de conhecer que o homem tem é a arma que ele tem para poder construir aquilo que é fundamental na vida humana: a liberdade e a felicidade. São constitutivas do nosso ser e a educação em qualquer sociedade, ter acesso à educação, ter acesso às informações, ter acesso ao conhecimento é fundamental para que qualquer sociedade possa se constituir enquanto uma sociedade democrática, e para que os homens possam realizar plenamente as suas potencialidades. Infelizmente no nosso país, o Governo brasileiro ao longo da sua história, no lugar de priorizar a educação como uma atividade prioritária para o nosso povo, faz ao contrário; prioriza outras atividades menos importantes que essa, e deixa, e marginaliza a grande maioria do nosso povo.

Vocês que estão estudando, que estão se preparando para a partir de amanhã estarem no lugar dos mestres que hoje ensinam vocês, já sabem de tudo isso que estou falando aqui hoje, aliás os números do nosso Estado do Paraná são números dantescos: de cada 100 alunos que entram no primeiro grau apenas 3 conseguem chegar no ensino superior. São números terríveis num País de 160 milhões de habitantes, oitava economia do mundo, muita riqueza tem neste país e no entanto não é distribuído nem do ponto de vista material e muito menos do ponto de vista intelectual para fazer com que as pessoas tenham a capacidade crítica de poder se constituir enquanto homens, enquanto cidadãos e poderem ajudar na construção do destino deste nosso país.

E falo isso tudo, Deputado Zuk, porque os futuros professores que estão aqui dentro acho que acompanharam ao longo dos últimos anos, os professores de todo o Brasil mas aqui do Estado do Paraná também e com muita dignidade, os professores além de lutar e saberem da importância que tem a educação para um povo, tem se mobilizado constantemente no nosso Estado para fazer com que os governantes do Estado do Paraná entendam que a educação é fundamental na vida humana e deve ser a prioridade número um de um governo.

Nesse sentido, recentemente os professores fizeram desde o ano passado, uma grande manifestação porque não há professor que possa se preparar para dar aulas, para ensinar, para pesquisar, talvez nós políticos, os Governantes achem que é fácil e tranquilo ler um livro de 200 páginas sobre química, sobre física e estudar um outro livro depois, pesquisar, passar quatro horas com uma paciência

muito grande estudando, se aperfeiçoado para depois chegar numa aula de 40 min. e poder colocar uma idéia nova, uma idéia mais clara para alunos. Os governantes não sabem o quanto de inteligência, o quanto de esforço, o quanto de disciplina precisa ter um professor para ficar quatro, cinco horas na frente de um livro estudando para preparar uma aula a ser dada. Mas nenhum professor tem condição de fazer isso, sabem porque? Porque o professor vive prisioneiro, vive com os grilhões de uma vida terrível que é imposta por um salário infame. Não haverá possibilidade de que a qualidade do ensino no nosso Estado, não adianta fazer curso de aperfeiçoamento, não adianta o Estado investir em comprar televisão e colocar em sala de aula, comprar vídeo-cassete, não há valorização do ensino no nosso país enquanto que o governo e a sociedade brasileira não entender que a prioridade se dá na constituição da dignidade dos professores do nosso país. E isso passa pela condição material. Um professor tem que ter a sua vida material minimamente resolvida, o aluguel da sua casa ou a prestação da sua casa própria, a educação dos seus filhos, a alimentação dos seus filhos, a roupa dos seus filhos, o seu transporte, ele tem que ter essa tranquilidade para que ele possa passar 4, 5 horas ou de um dia, ou de dois dias, lendo e estudando, indo para as bibliotecas, para depois ensinar melhor os nossos filhos.

Porque só o conhecimento pode libertar o homem, só o conhecimento pode dominar a natureza, só o conhecimento pode fazer com que a vida material da humanidade possa ser na realidade uma vida mais feliz, uma vida muito mais tranqüila para a humanidade.

Não há outra perspectiva para os homens a não ser a busca incessante do conhecimento, e a busca incessante do conhecimento está nas salas de aula, estão com os mestres, estão com os professores, e começa lá, um ensino básico, uma educação de qualidade.

E sabemos o quanto que foi importante a Assembléia Legislativa, o Poder aqui dos Deputados, quando que com sabedoria, acho que esta Assembléia na sua maioria, emprestou apoio político aos professores para fazer com que o Governo do Estado, que estava resistindo a entender as necessidades do professorado do nosso Estado e concedeu agora alguns reajustes que podem minorar a vida sacrificada dos professores do Estado do Paraná.

Vocês que hoje estão terminando o 3º ano do magistério, no ano que vem vão estar tranqüilamente, talvez aqui na porta da Assembléia Legislativa, junto com os outros professores do Estado do Paraná, a

lutar por melhores condições e dignidade para a profissão de vocês.

Tenho certeza de que nesta Assembléia, os Deputados tiveram papel importante na busca de algumas soluções. E vocês não percam de vista esse ideal que move cada uma de vocês, cada uma das senhoras e dos senhores que estão se preparando para serem professores.

Não há atividade humana mais importante na história da nossa civilização, que é não aquela de ensinar e promover a busca do conhecimento humano.

Parabéns para vocês, sejam bem-vindas a esta Assembléia, acho que todos nós aqui devemos dar uma injeção de ânimo, para que vocês além de se prepararem para serem excelentes professores, perceberem que a participação política na sociedade, não se dá somente lá na sala de aula ensinando os nossos filhos, mas se dá também participando junto com os professores na luta por uma educação melhor para todos os nossos filhos.

Muito obrigado, Senhor Presidente, obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos ao Horário das Lideranças.

Antes alertando a todos os visitantes e Senhores Parlamentares que desde 1974, quando aqui chegamos pela primeira vez como Deputado Estadual e hoje no 3º mandato, este Deputado que está no 6º mandato, que é o Deputado Basílio Zanusso, foi daquele tempo até o dia de hoje, o defensor do Magistério aqui nesta Casa, lembrava o ilustre Deputado Antonio Martins Annibelli, ex-Presidente deste Poder.

Horário das Lideranças, PTB, PMDE. (Declinam).

PT, nosso Líder, Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para registrar, até a nível de descontração que o número de professores primários, os homens professores têm diminuído significativamente.

Sou um daqueles formados no magistério, eram 30 mulheres e 1 homem, quando contava só dava 30 porque com tanta mulher perdia a cabeça.

É a dura realidade do Estado do Paraná que enfrentamos ainda, para quem sabe como é no interior do Estado, fui professor de uma escola multisseriada, fui professor municipal numa escola multisseriada, que até hoje temos, e deverá ser uma busca incessante da política pública paranaense tentar eliminar esse tipo de ensino que notadamente, os professores que saem do magistério vão fazer esse tipo de trabalho justamente no interior onde temos bastante deficiência.

E essa escola multisseriada, ainda, é um paliativo, digamos, para uma situação excepcional que deve ser combatida com a política do Estado do Paraná.

Quero, apenas, refazer esse registro.

Dizer, que o professor, existem algumas camisetas escritas: "professorinho em regime de extinção", e algumas "professor é vocação". Nenhuma coisa, nem outra.

Temos uma tarefa social a ser cumprida, temos uma responsabilidade com a nação e o Estado do Paraná, e está sendo cumprido.

E essas pessoas, têm que acima de tudo brigarem e continuar brigando, nós professores, brigando pela nossa dignidade tanto do ponto de vista, das condições de trabalho, com pagamento de hora/atividade, com pagamento de regência de classe, pó de giz, como também do ponto de vista, das melhorias das condições da nossa escola pública. E entendendo que a saída está na educação para todas as crianças, contra o trabalho infantil, contra a prostituição das nossas crianças, a saída é a escola. Escola para todo lado, escola alternativa, escola para deficientes auditivos, deficientes mentais, deficientes físicos, temos que colocar escolas para melhorar e colocar um futuro melhor para todas as crianças e a nova geração.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 41 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 475/95, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que altera a redação do artigo 2º da Lei nº 9.141 de 07, de dezembro de 1989. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA DE PLENÁRIO APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 60/96, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que institui o Selo Verde no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C. e C.E.M.A.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 60/96

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins visa instituir o Selo Verde no Paraná.

Após ser submetido a análise nas Comissões de Constituição e Justiça, de Agricultura, Indústria e Comércio e Ecologia e Meio Ambiente, obtendo parecer favorável em todas, retorna a essa Comissão para exarar parecer com relação à Emenda de Plenário.

Sob a análise legal, regimental, constitucional, manifestamo-nos favoravelmente a referida Emenda.

Sala das Comissões, em 21.05.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento: Eduardo Trevisan, Luiz Claudio Romanelli, Pasílio Zanusso, Geraldo Cartário. Antonio Belinati e 1 ilegível.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 545/95, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que denomina Rodovia Julmi Canever o trecho da PR-553, no trecho que liga os Municípios de Luziana e Mamborê. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovada. (Publ. no D.A. nº 179 de 07.12.95)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 545/95

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Tureck tem por objetivo denominar Rodovia Julmi Canever o trecho da PR 553, que liga Luiziana e Mamborê.

Chamada essa Comissão a se manifestar e após consultada a Secretaria de Transportes com relação à denominação da Rodovia, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 267/95, de autoria do Deputado Milton Puppio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Rio Bom. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ no DA. nº 87 de 01.08.95).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 267/95

PARECER:

O presente Projeto de Lei de autoria

do Deputado Miltinho Puppio que tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Rio Bom.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.05.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator.

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/96, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Ensino e Beneficente Província do Sul, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Publ no DA. nº 36 de 10.04.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 125/96

P A R E C E R :

O plano de lei do Deputado Jocelito Canto, que declara de Utilidade Pública Estadual a Sociedade de Ensino e Beneficente Província do Sul, com sede e foro na Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

A matéria atende aos aspectos da constitucionalidade e da técnica legislativa, cumprindo também todos os requisitos da Lei nº 6994/95.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.04.96

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, requerimento nº 117, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 118 a 132, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 133 a 137, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Neivo Beraldin, Pela Ordem.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu sei que V.Exa. não vai

poder me responder neste instante, mas eu solicitaria, que a Mesa me informasse se já foi remetido à Secretaria da Fazenda um requerimento que aprovei, na semana passada por unanimidade desta Casa, solicitando das despesas do Poder Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Tribunal de Contas.

Não recebi ainda da 1.ª Secretaria e da Presidência um documento que comprove a remessa deste requerimento aprovado por esta Casa.

Ao mesmo tempo, quero comunicar a V.Exa., que há algum tempo atrás, aprovei um requerimento nesta Casa, também por unanimidade, solicitando informações ao Tribunal de Contas. Como o Tribunal de Contas simplesmente não respondeu o nosso requerimento aprovado por esta Casa e esse requerimento já pertencente à Casa, portanto foi aprovado por unanimidade da Casa, protocolei junto ao Tribunal de Contas um requerimento com o mesmo teor, como pessoa física para fins de uma ação judicial e também para fins de uma ação judicial e também para embasamento para uma lei complementar, que podemos discutir, em relação do Tribunal de Contas.

Quero dizer aos Srs. Deputados e a V.Exa. que, se os requerimentos aprovados nesta Casa não tiverem o encaminhamento legal e imediato e se não houver por parte dos requerentes as respostas devidas, eu estarei sempre ingressando no foro legítimo, que é a justiça para que seja a administração pública, cada vez mais transparente. Até porque não estamos pedindo absolutamente nada mais. Até porque não é para ofender nem o Governo, nem dar subsídios à oposição. É apenas um direito legítimo, como representante popular, que aliás, nós deveríamos ter aqui um computador que desse acesso à Secretaria da Fazenda, como tem o Senado, como tem o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de conceder a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Sérgio Spada e ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, eu respondo a questão de Ordem levantada pelo Deputado Neivo Beraldin.

Pela transitabilidade que o Sr. possui, junto à Mesa Executiva Titular, representada pelo nosso Presidente, Aníbal Khury, Vossa Excelência sabe perfeitamente bem o encaminhamento feito por aquele primeiro requerimento seu, feito pelo Tribunal de Contas, em uma conversa feita com o nosso Presidente, que está realmente no Departamento Legislativo, para ser encaminhado.

Quanto ao segundo requerimento, as despesas dos três poderes, na próxima semana, estarei realmente dando a resposta

concreta pela qual V.Exa. tem todo o direito da reclamação feita.

O SR. SÉRGIO SPADA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados., aproveito esta questão de ordem para reiterar o convite, em nome da Comissão de Turismo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para o evento, o 1º Encontro Paranaense de Turismo e Desenvolvimento estará acontecendo amanhã, a partir das nove horas da manhã no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A expectativa é muito boa. Temos a presença confirmada do Presidente da EMBRATUR, o Sr. Caio Luiz de Carvalho, que falará de um programa nacional de turismo, inclusive, com a municipalização do turismo. Temos a presença confirmada do nosso Presidente da Assembléia Legislativa, hoje, em exercício no Governo do Estado, Deputado Aníbal Khury; do Secretário do Turismo, Silvío Magalhães Barros; do Presidente da PARANATUR; Vades Bevenute e a presença confirmada de todo o "trate" turístico: empresários, entidades organizadas. Enfim, todo esse segmento importante da nossa economia do Estado do Paraná.

Então reitero aqui, caro Presidente, à Mesa, o convite a todos os Parlamentares para participarem desse grande evento, a partir das nove horas da manhã. Amanhã, aqui no Plenarinho da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Agradecendo mais uma vez renovando o convite do ilustre Deputado Sérgio Spada, a Mesa, em comum acordo designou o 2º Vice Presidente, nosso companheiro e amigo Deputado Neivo Beraldin para ser o Presidente da Casa no dia de amanhã, e receptionar não só essas ilustres pessoas nominadas por Vossa Excelência, mas também o nosso Governador em exercício, que já confirmou presença, o ilustre Deputado Aníbal Khury.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aqui inspirado pela lembrança que fez o Deputado Neivo Beraldin, eu também estou apreensivo com a ausência de resposta por parte da Secretaria de Segurança Pública, ao pedido que a Comissão de Fiscalização desta Casa fez para que pudessemos ter esclarecido preliminarmente numa defesa inicial por parte da Secretaria de Segurança Pública, por decisão do Presidente Eduardo Trevisan, em relação a denúncia que apresentamos aqui nesta Casa, sobre esse escândalo que envolve a locação de veículos.

E veja, Senhor Presidente, a gravidade, a cada dia que passa, sem uma resposta ou sem que se tome providência, o Paraná perde mais um automóvel, ou seja, são 30 viaturas por mês que nós estamos deixando de comprar para pagar aluguel a empresas locadoras. E eu, Senhor Presidente, esses dias recebi denúncias ainda mais graves em relação a locação desses veículos.

Por isso, eu desejaria que a Mesa cobrasse providências até, talvez da 1ª Secretaria que é um órgão que se relaciona com os demais Poderes, para que pudessemos ter uma resposta da Secretaria de Segurança Pública, para que se for o caso possamos tomar medidas saneadoras com os instrumentos que dispomos para acessar essa lesão corrosiva aos Cofres Públicos, porque o Governador do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, está jogando dinheiro pelo ladrão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Respondendo ao ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli, que a Assessoria da Mesa irá entrar em contato com o ilustre Presidente da Comissão de Fiscalização e bem como o Senhor 1º Secretário da Casa, Deputado Luiz Carlos Martins, para que essas providências sejam realmente agilizadas, urgentemente.

Concedo a palavra pela Ordem ao ilustre Deputado Valdir Rossoni, Líder do PDT, acumulando hoje a Liderança do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, estranho um pouco o posicionamento do Deputado Romanelli, porque a Assessoria aqui da Liderança do Governo, nos traz aqui um Ofício nº 0186/95, de 13 de setembro de 1995, aonde ele presta alguns esclarecimentos ao Deputado Romanelli.

Tenho aqui em mãos. Então, talvez seja um mal entendido e eu gostaria - talvez não fosse Ofício esclarecedor ao Deputado, mas nós temos em mãos aqui o Ofício dirigido a V.Exa..

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Não, Excelência, foi um pronunciamento que fiz a cerca de 10 ou 12 dias atrás desta Tribuna, sobre a locação de veículos, é um pedido que a Comissão de Fiscalização acautou e que através da 1ª Secretaria encaminhou para que o Secretário se defendesse preliminarmente, para que depois a Comissão possa se reunir e analisar a resposta. Agora, não é de 1995, nós estamos falando de um fato ocorrido agora no mês de maio de 1996.

Então, a Assessoria de V.Exa., eu quero crer, está profundamente, lamentavelmente equivocada.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - O esclarecimento que está aqui esclarece sobre a locação dos veículos feita no ano passado. V.Exa. sabe e foi encaminhado este mesmo esclarecimento ainda no ano passado e depois V.Exa. fez aqui este pronunciamento colocando essas posições. Passo em mãos a V.Exa. o Ofício, porque é muito extenso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado aqui que foi realmente esclarecido entre ambos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 27, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 475/95.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 060/96.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°s 545, 267/95 e 125/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 135, 162, 167 e 143/96.

Levanta-se a sessão.